

**VI Encontro Internacional de investigadores de la Red
Latinoamericana de Cooperación Universitária
Viejos retos, nuevas propuestas: Tecnología, Cultura y Sociedad en
América Latina**

Universidad de las Américas Puebla

29 y 30 de Octubre de 2009

Título de la ponencia: **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: GOVERNOS FHC E LULA PRÁTICAS FOCO NAS EXPORTAÇÕES E SEUS RESULTADOS**

Autor(es): **Sabrina Rodrigues, Emerson Luis de Vargas, Fernanda Pimentel da Silva.**

Institución: **Ftec Faculdades**

Dirección: **Caxias do Sul**

Código Postal: **95070-000**

País: **Brasil**

Teléfono: **55.54. 30271300**

E-mail: **ferpimentel123@hotmail.com**

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: GOVERNOS FHC E LULA PRÁTICAS
FOCO NAS EXPORTAÇÕES E SEUS RESULTADOS

**Sabrina Rodrigues¹
Emerson Luis de Vargas²
Fernanda Pimentel da Silva³**

RESUMO

A geopolítica, ou política externa, é um conjunto de objetivos políticos que um estado almeja alcançar nas suas relações internacionais. No Brasil, a política externa teve vários momentos marcantes para as relações internacionais do país com o mundo. No governo de FHC, a política externa foi marcada pelo modelo neoliberal; já no governo seguinte, de Lula, sua política externa se destaca por ser criativa em relação às necessidades internas e busca expandir as externas. Esta política é conhecida

¹ Autora. Acadêmica do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior. FTEC Faculdades.

² Orientador. Mestrando em Administração. Docente Ftec Faculdades.

³ Co-orientadora. Mestre em Direito da Integração Econômica, MILA-UFSM. Docente FTEC Faculdades.

como universalista realista e pragmática. A política externa serve para simplificar as relações internacionais, facilitando as negociações de um país com o outro em suas exportações e importações, dando enfoque às exportações especificamente desses dois governos. Nos governos de FHC e Lula houve vários pontos positivos e negativos em suas execuções para incentivar as exportações do país. No governo atual, do presidente Lula, as exportações alcançaram maior êxito.

PALAVRAS CHAVE: Política externa brasileira. Exportações. FHC. Lula.

ABSTRACT

The Geopolitical, or foreign politic, is a whole of political objectives that a state has wanted to reach in its foreign international. The foreign politic, on Brazil, had any conspicuous moments to the international relation of the country to the world. In FHC government, the foreign politic was marked by a neoliberal model; and the next government, Lula's Government, his foreign politic stands out to be creative with relation to domestic needs and looks for expand the external. This policy is known as universalist, realistic and pragmatic. Foreign policy has used to simplify the international relations, facilitating the negotiation of a country with another in its exports and imports, with a special focus on exports of these two governments. There were some positive points and negative points on executions to encourage exports of the country, in FHC and Lula's governments.

After the out carried studies, it has concluded that the exports achieved the higher successful, on the current government of Lula.

KEYWORDS: Brazilian foreign policy. Exports. FHC. Lula

INTRODUÇÃO

Através de um levantamento histórico da política econômica externa brasileira, será possível conhecer seu desenvolvimento, além das motivações que determinaram a abertura ao mercado internacional e os principais fatores que auxiliaram ou prejudicaram nesse grande passo dado pelo governo brasileiro.

Será dado um enfoque maior às políticas externas brasileiras dos dois últimos presidentes: Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou de 1995 a 2002 e de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), empossado em 2003 e em exercício até o presente momento. Procurar-se-á identificar o que cada um fez para que o crescimento das exportações acontecesse e quais foram as medidas tomadas pelos dois governos (FHC e Lula) para expandir esse mercado que é de suma importância para o desenvolvimento econômico de um país globalizado.

Tentar-se-á apontar também quais as decisões políticas tomadas por esses governos, a fim de facilitar o ramo das exportações, principal termômetro de uma política internacional bem sucedida.

Desta forma através da comparação, em forma de resultados, de um e de outro governo, será possível identificar qual dos governos logrou o melhor desempenho no segmento comércio internacional. Para logo descobrir se foram seguidos os mesmos caminhos de forma contínua ou se através de caminhos diversos um ou outro logrou melhores resultados.

Política Externa Brasileira

A política externa de um país baseia-se na valorização do espaço ou território como forma de exercer a hegemonia mundial. É o conjunto de objetivos políticos que um determinado estado almeja alcançar nas suas relações com os demais países do mundo.

A regra política externa é componente estratégico para o desenvolvimento e é definida pelo chefe de governo com o auxílio do ministro do exterior, os quais procuram planejar bem suas ações para proteger os interesses nacionais de um país, buscando prosperidade econômica.

Segundo CERVO (2008), a história da política externa brasileira busca apresentar e explicar os caminhos traçados pela diplomacia e política internacional brasileira, desde o momento da independência do país, em 1882, quando foram marcantes as dificuldades decorrentes dos erros políticos no momento da independência e construção da soberania.

Na busca acelerada para obter o reconhecimento da independência, foram concedidos os mais variados favores a potências estrangeiras, em especial aos tratados

realizados com a Inglaterra, melhorando muito o desempenho do país. Porém, infelizmente, as políticas de estímulo à indústria foram minimizadas por comodismo político. Pode-se destacar, na República de 1889, eventos principais como a política externa do Barão do Rio Branco, que dedicou sua carreira como chanceler brasileiro a uma bem sucedida demarcação de fronteiras e negociações políticas onde mais tarde teve a criação do Instituto Rio Branco (IRBr) foi criado em 18 de abril de 1945, como parte da comemoração do centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira. a política externa de Getúlio Vargas, que vai de 1930 a 1945, no período da Segunda Guerra Mundial; a política externa de Jânio Quadros, que iniciou em 1961 e encerrou com o Golpe de 1964, que destituiu o governo de João Goulart.

Em 1960, o Brasil passou a defender uma política externa independente, atuando com um chamado neutralismo estratégico, que mais tarde passou a ser motivo de instabilidade, resultando assim no Golpe Militar. Com o retorno da democracia, em 1990, o Brasil voltou a competir no contexto internacional; e ao mesmo tempo estimulou o desenvolvimento das crescentes indústrias nacionais.

A posição da diplomacia brasileira reside classicamente na defesa do princípio da igualdade jurídica das nações soberanas. A percepção desenvolvida pelos formadores das diretrizes da política externa do Estado brasileiro tem evoluído, desde a independência, na direção de um entendimento básico de que o país emerge, a partir de sua massa continental, como ponto central de convergência dos interesses sul-americanos.

Para SEITENFUS (2004), a política externa define-se como o processo de percepção, avaliação, decisão. Para melhor compreensão da política externa de um estado, nada é mais importante do que a clara percepção de seu interesse nacional. A pesquisadora inglesa Susan Strangei identificou corretamente a nova realidade do interesse nacional ao propor o conceito de potencia estrutural. (SEITENFUS, 2004, p. 87).

Todas as questões relacionadas à política externa são percebidas como absolutamente secundárias nas preocupações públicas e privadas dos países, seja por desconhecimento ou desinteresse. Trata-se de uma situação paradoxal, pois nenhum dos quase duzentos estados que compõem o sistema internacional pode permitir-se relegar o segundo plano sua política externa. A política externa busca soluções

pacíficas para controvérsias a respeito da independência dos estados, da primazia do direito e a não intervenção em assuntos internos de outros estados. Deve-se salientar que o Brasil constrói, ao longo de sua história independente, alguns outros princípios específicos de atuação internacional.

Conforme ensina SEITENFUS (2004), no que diz respeito ao processo de formulação da política externa, é interessante notar que contrariamente a alguns vizinhos hispano-americanos, onde muitas vezes existe um nacionalismo exacerbado, o Brasil tem demonstrado um senso de abertura político-diplomático internacional mais acentuado, com um corpo de profissionais permanente. Por outro lado, há falta de um maior interesse pela política externa - ausência de questões internacionais nos partidos políticos, indiferença do parlamento e da opinião pública. A boa decisão sobre política externa é aquela que traz efeitos benéficos e duráveis, e não a decisão racional.

Durante séculos, as relações internacionais não se ocuparam com a prospecção, mas unicamente com a concepção e a execução. O realismo político, tão decantado como princípio de ação, toma algumas características peculiares quando aplicado às questões envolvendo assuntos externos dos estados. Segundo Woodrow (SEITENFUS, 1994, p. 38),

A idéia de justiça, a prática da diplomacia aberta, o recurso compulsório á medidores e á tribunais internacionais detentores de um verdadeiro poder comum, é a introdução de princípios éticos e morais na conduta dos Estados.

A principal obrigação interna dos governos, independentemente de seu perfil político-ideológico, definido de forma límpida nos textos constitucionais, é lutar para tornar abundante a existência do Estado. Portanto, o princípio essencial da ação externa resume-se, por um lado, na defesa da amplitude de decisão dentro da linha de fronteira de seu território; e, por outro, na tentativa de direcionar os debates sobre as questões internacionais e a evolução interna dos outros estados.

As mais de duas centenas de unidades estatais hoje existentes moldam sua política externa a partir de dois grupos de determinantes: o primeiro, é comum a todos os estados, trata-se do contexto internacional, em que a grande maioria deles pratica uma política externa meramente reativa, tentando manter somente seu status. O segundo grupo de determinantes origina-se na realidade interna dos estados, em que

cada política externa é efetivamente nacional numa realidade singular, indicando a importância da política externa.

Na visão de SEITENFUS (2004), a política externa é profundamente tributária do regime político. As ditaduras de partido único e personalizadas são marcadas por políticas externas decididas sem qualquer controle público, institucional e social, são elaborados por escassos atores e saturados por um voluntarismo agressivo.

A liberdade de imprensa das democracias faz surgir um contra poder que pode e deve contestar as escolhas governamentais. Em fim, as ditaduras sustentam-se em políticas externas de confrontação; enquanto as democracias tendem à cooperação.

A diplomacia, concebida como a arte de negociar, encontra suas raízes na antiguidade. Desde então, há constante confusão sobre o significado do vocábulo. A primeira incompreensão não distingue a política externa da negociação diplomática, ou seja, confunde a concepção das relações exteriores com sua execução. Uma segunda consiste em considerar o termo diplomacia como um adjetivo. Uma terceira finalmente sugere uma carga positiva e misteriosa que afasta os leigos, colocando essas questões nas mãos de profissionais.

O interesse nacional está situado no núcleo da política externa dos estados e, por conseguinte, no centro das relações internacionais. O Brasil, por exemplo, busca expandir sua participação na política e na economia mundial pelas práticas da diplomacia e da cooperação.

Segundo RODRIGUE (2000), a geopolítica, hoje conhecida como política externa foi criada pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Ela iniciou, no Brasil, somente após a Segunda Guerra Mundial (1934-1945), quando houve o fortalecimento da liderança do Brasil na América do Sul.

A política externa brasileira busca soluções pacíficas para a independência dos estados, para a primazia do Direito e a não intervenção em assuntos internos de outros estados. Deve-se salientar que o Brasil constrói princípios de atuação. O problema básico da política externa brasileira foi a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. Pois a política externa é antes de qualquer coisa uma política interna.

A política externa seria calçada no pragmático responsável, que torna os setores conservadores do governo. A ausência de uma definição do pragmatismo onde torna difícil prever os futuros desdobramentos da

diplomacia brasileira (SEITENFUS , 1994, p. 65).

Às vezes, percebe-se que querem fazer crer no comprometimento da soberania brasileira como decorrência de tais condicionantes. Porém a priorização de critérios é legítima e configura um tipo de influência não arbitrária, eis que se pode rejeitá-las.

É também inteligente, pois contém uma necessidade premente do desenvolvimento regional, qual seja a proteção ambiental. A única preocupação que deve ter o Brasil é certificar-se a respeito de tais critérios no sentido de aferir sua real tecnicidade.

O Brasil será levado a colocar em questão as suas relações externas tradicionais. Paralelamente ao acréscimo do comércio brasileiro, as questões políticas e ideológicas começam a ocupar um espaço de ação brasileira no sistema internacional. Essas originais iniciativas brasileiras não respondem a uma reavaliação dos princípios fundamentais que norteiam a política externa, mas dependem sobretudo das circunstâncias internacionais e da vontade de certos atores políticos. Segundo REZEK (2008, p. 18), esses atores são:

Necessariamente pessoas jurídicas de direito internacional público: tanto significa dizer os estados soberanos – aos que equipara como será visto mais tarde em Santa Sé – e essas organizações internacionais. Não tem personalidade jurídica de direito das gentes, e carecem, assim por inteiro de capacidade para celebrar tratados, as empresas privadas, pouco importando sua dimensão econômica e sua eventual multinacional idade.

A política externa brasileira serviu, portanto, ao desenvolvimento distorcido e privatista, o grande desafio é promover a conjunção entre nossa atuação externa e as aspirações democráticas populares brasileiras. Ou seja, o propósito é que a política externa não seja uma simples decisão de governo, mas sim como o resultado de um processo de amadurecimento político e cultural interno.

A seguir será abordado o governo FHC, datado em 1995 até 2002, referindo esse período como o momento de ascensão da capacidade do Brasil de aumentar sua participação no mercado internacional.

Política Externa No Governo FHC

O Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC - foi eleito ao cargo máximo da República em três de outubro de 1994. Assumiu em primeiro de janeiro de 1995 para um mandato de quatro anos, sendo foi reeleito em 1998, para o período de 1999-2002. Foi conhecido no mundo todo por sua inteligência.

BRUM (2000) afirma que o reconhecimento de sua inteligência, levou-o a ser respeitado no país e no exterior. Seu ingresso na vida pública ocorreu progressivamente, primeiro como analista, ideólogo e assessor partidário desde 1978; mais tarde como senador e ministro das relações exteriores no início do governo Itamar Franco; e a partir de maio de 1993, titular do ministério da fazenda, cargo em que se projetou nacionalmente com a formulação do Plano Real, que foi sua base para então conquistar o Planalto.

Segundo RISSO (2007), desde os anos 80, o Brasil passou por três essenciais transformações que influenciaram a política externa. A primeira delas foi a redemocratização; a segunda, a abertura de mercados e terceira, a estabilização da moeda. Dessas mudanças fizeram parte as privatizações.

No final do governo Collor de Mello, em 1992, ao início e durante o Plano Real, pode-se mencionar exemplos de âmbitos econômicos, que preferiram as três primeiras alternativas, e que sobreviveram à mudança do nacional-desenvolvimentismo para o atual modelo. Entre eles, cabe dar ênfase ao setor agrícola, que realizou, nos anos 90, sua atualização, bem como aqueles setores que aproveitaram o processo de privatizações e buscaram tornar-se grandes agremiações para defender suas posições no mercado doméstico e lançar-se internacionalmente, muitas vezes, em ligação com o capital financeiro global.

Mas, majoritariamente, a opção da elite econômica brasileira foi comercializar seus ativos, seguindo assim a opção da obtenção de lucros, ao repassar suas atividades para corporações transnacionais que aqui já estavam alojadas ou que tinham por objetivo operar a partir do território nacional. O crescimento da opção pela lucratividade, sobretudo na segunda metade dos anos 90, levou ao aumento da demanda por novos serviços financeiros. Segundo OLIVEIRA (2003), outros fatores provocaram a necessidade do fortalecimento do sistema bancário nacional. O que

aconteceu, de um lado, por meio da privatização de bancos estaduais ou através de fusões, aquisições, reorganizações societárias e reestruturação de instituições bancárias no país. Assim, o setor financeiro também se atualizou e atingiu posições relevantes entre os 20 maiores grupos econômicos do país. Entre eles pode-se citar os bancos Itaú, Bradesco, Unibanco; além dos internacionais, Santander e ABN-AMRO que desde final de 2007 com uma extraordinária fusão já realizada no setor bancário mundial se unirão.

Vale destacar que esse processo de readequação da economia via liberalização, o qual atingiu a posição doméstica das elites econômicas brasileiras, ocorreu no bojo da execução do Plano Real. OLIVEIRA (2003) afirma que esse plano funcionou como divisor de águas nesse processo. Isso porque, ao ter sido eficaz no combate à hiperinflação, estabilizando a economia, possibilitou às elites econômicas condições adequadas para calcular e aparentar a rentabilidade do seu capital a médio e em longo prazo.

Ao mesmo tempo, a valorização do câmbio permitiu a realização de investimentos maciços na modernização do parque industrial para os grupos que almejassem fazê-lo, bem como para aqueles que pretendiam participar dos processos de privatizações. Em outras palavras, durante o governo FHC criou-se tanto as condições adequadas para uma aceleração da corrida de parcelas expressivas da elite econômica do país para o rentismo quanto para a reestruturação de setores econômicos que foram conservados sob controle de grupos brasileiros, mas tiveram a capacidade de se transnacionalizar com apoio de investidores internacionais, segundo OLIVEIRA (2003). Todas essas mudanças fizeram com que o Brasil, no cenário internacional, fosse visto de outra forma, tanto como visão quanto atuação. E, entre as décadas de 80 e 90, é inegável a melhora no relacionamento do Brasil com a comunidade internacional.

A idéia de mudança fez com que se estabelecesse de forma predominante na política externa do Brasil o paradigma do estado normal. Claro que alguns efeitos negativos do Plano Real ficaram mais evidentes, agravados pelas crises internacionais, que mostraram a perigosa dependência do Brasil em relação ao capital externo.

Para BRUM (2000), o resultado foi o corte dos investimentos, o aumento dos juros, a queda da produção industrial, o aumento do desemprego e a diminuição do poder de compra. Com medo de uma crise, os governistas da época aprovaram a

emenda constitucional que levou FHC à reeleição, o Plano Real, pois somente o “Pai do Real” tinha uma saída para a crise.

BRUM (2000) explica que a política externa de FHC é marcada pela adoção do modelo neoliberal, ou seja, representa prioritariamente o interesse do empresariado e do capital privado em geral. Defende as liberdades individuais e a livre iniciativa no campo econômico, isso quer dizer a redução do Estado à sua dimensão mínima tanto em sua estrutura como na sua intervenção na economia, pois considera que o mercado se autorregula pela liberdade; prioriza o crescimento econômico (do capital), acreditando que só a partir dele é que a sociedade realiza, por sua própria dinâmica, isto é, sem a interferência do Estado, num momento posterior, a melhor distribuição dos frutos da riqueza produzida.

A seguir, governo de Luís Inácio Lula da Silva, democraticamente escolhido, que de forma diferente trouxe importantes contribuições ao País nos mais diversos setores.

Política Externa do Governo Lula

Em outubro de 2002, pela vontade dos eleitores, Luis Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro brasileiro, de origem realmente popular, a chegar à presidência da República.

Para AMORIM (2005), vivemos a circunstância de termos, na chefia do Executivo, um líder com trajetória pessoal e política marcada pela dignidade e coerência de princípios. A visão que o presidente Lula tem de um Brasil mais democrático e mais justo, reflete-se em sua defesa de uma maior equanimidade nas relações internacionais e de um modelo de globalização mais humano e não excludente; e sua convicção de que paz, segurança e desenvolvimento não podem estar dissociados, orienta suas ações internas e externas. Na concepção do Presidente, a política externa de seu governo seria orientada por uma perspectiva humanista e serviria como um instrumento de liderança Latino-americana.

Lula, em seu governo, destaca-se pela liderança que exerce no grupo dos países emergentes frente aos mais ricos. Uma de suas reivindicações é a queda das barreiras alfandegárias e dos subsídios agrícolas. O lema das prioridades do seu governo é a integração da América do Sul, através da expansão do Mercosul, e a

abertura de novas rotas comerciais para países, com os quais o Brasil pouco se relaciona, em especial, os países Árabes e Africanos.

Sua política externa busca estimular a reforma das Organizações das Nações Unidas (ONU), pleiteando, nesse contexto, um assento permanente no Conselho de Segurança.

Segundo VEIGA (2001), após a reeleição de Lula, surgiu especulações acerca do rumo da política externa brasileira, em dois cenários: Primeiro, o cenário externo continua muito favorável e o desempenho espetacular das exportações, nos últimos anos, reduz a margem dos críticos da estratégia brasileira. Vale observar que esse cenário não exclui a assinatura de um acordo de livre comércio com a União Européia. Em segundo, uma política dos pobres contra os ricos no plano doméstico teria sua contrapartida externa, acentuando o viés terceiro-mundo da atual política e aproximando ainda mais o Brasil dos países sul-americanos, campeões do nacionalismo econômico e do populismo político.

A política externa de Lula, conforme RISSO (2000) é definida como realista universalista e pragmática. A diplomacia não está mais tão centrada na figura do presidente como era na época do Fernando Henrique Cardoso. No geral, a política externa do governo Lula pretende, nas negociações internacionais, a obtenção de regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Isso significa a manutenção de flexibilidade para políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico, sempre em consonância aos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional, consubstanciado nas principais organizações internacionais de que o país participa. A diplomacia foi substituída por uma diplomacia de interesses, a ser defendida com uma busca ativa de coordenação política. Assim, a política externa, para Lula como para os governos anteriores, merece papel de destaque dentre as formulações das políticas governamentais. Um desses fatores referente que deu rumo à política externa brasileira foi à escolha de Celso Amorim para desempenhar a função de ministro das relações exteriores. Amorim sempre defende uma postura autêntica e realista nos foros multilaterais. Segundo NEVES (2008, p. 49).

O ministro das relações exteriores, também denominado chanceler, é chefe do ministério das relações exteriores. No Brasil a sede do ministério das relações exteriores é o palácio Itamaraty. O Ministério das Relações

Exteriores é constituído pelo secretário do estado, que opera no Brasil, e pelas repartições no exterior, que compreendem as missões diplomáticas, as missões e delegações junto á organismos internacionais e as repartições consulares de carreira.

Uma característica desse governo é a tentativa de adensar a presença internacional do Brasil. A maioria das ações do governo Lula situa-se na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com parceiros independentes do mundo desenvolvido. A partir dessa constatação, a grande mudança na política externa brasileira, introduzida pelo governo Lula, ocorreu no tocante às relações com as grandes nações em desenvolvimento, como China, Índia, Rússia, África do Sul, etc. Tudo em consonância com a premissa básica da diplomacia do governo Lula, a qual substituiu o conceito de autonomia pela integração pelo de autonomia pela assertividade. Esta alteração levou o Brasil a consolidar uma política externa mais afirmativa no tocante à defesa dos seus interesses.

Há um novo estilo de atuação na política externa com o mundo globalizado, mas desde que isso seja feito de modo a manter intocada a soberania e a idéia de um projeto nacional.

Em suma a política externa brasileira do governo Lula busca ser criativa em relação às necessidades internas e busca expandir as possibilidades externas, conforme os interesses das elites econômicas que operam no país. No setor doméstico, mantém a política monetária rígida favorável aos interesses do segmento privado do sistema financeiro e dos rentistas.

Segundo OLIVEIRA (2003), na arena internacional, segue a risca as diretrizes do FMI (Fundo Monetário Internacional) e delongam-se as negociações na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e na OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre a expansão e abertura de serviços. Para o setor agrícola, mantém estímulos domésticos à ampliação e desenvolvimento das suas atividades, bem como o câmbio em um nível admissivelmente apropriado para que o crescimento do superávit comercial externo seja consecutivo.

No âmbito internacional, busca instituir novas parcerias para um aumento amplificador de mercados consumidores como fez com os países árabes, avivou relações bilaterais tendo por objetivo negociar acesso a mercado, como, por exemplo, com a China, assim como também utiliza a OMC (Organização Mundial do Comércio)

com apoio dos parceiros em desenvolvimento, como os componentes do IBSA (Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada) como agência internacional para a construção de regras à autorização do comércio agrícola internacional. Conforme os interesses do setor industrial e de partes do setor de serviços, por um lado, a diplomacia do governo Lula na esfera internacional vem tentando agressivamente expandir o Mercosul por meio de parcerias bi-regional com outros arranjos na América do Sul na expectativa de concretizar uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Esta poderá vir a variar-se em um espaço econômico regional conectado e privado para os investimentos e para os produtos brasileiros.

O mesmo acontece com as iniciativas de arranjos como o IBSA. Porém, essa mesma elite econômica exige proteção na OMC quando se trata da negociação dos temas de Cingapura (investimentos, política de competição, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio), bem como é imune a uma nova rodada de aprovação comercial unilateral tanto na ALCA quanto no bloco Mercosul com grandes ameaças aos seus interesses, exceto para setores específicos.

É possível compreender até agora que o governo Lula simboliza um misto de continuidade e mudança. Muitas das políticas de integração regional aos mercados internacionais, iniciadas por Fernando Henrique Cardoso, estão sendo prosseguidas no governo Lula, em termos de ação: junto à esfera econômica, não há mudança substancial. A maior ruptura é talvez representada pelo estilo de ação política do governo Lula, mais ressaltado e atuante no cenário internacional.

Exportações

Fundamental, para a análise proposta que sejam verificadas as exportações do Brasil durante ambos governos. Exportar é importante para o país, uma vez que existem várias motivações para as empresas exportarem para diversos países, pois o mercado internacional é muito amplo. Conforme MINERVINI (1997), essas motivações são classificadas em onze, que podem ocorrer na exportação de um produto.

A primeira delas é operar em um mercado internacional novo que garante uma visão ampla da empresa; a segunda motivação é atender aos pedidos casuais de

importação, muitos conhecidos por feiras internacionais ou até mesmo por uma outra missão ao exterior; a terceira, as dificuldades das vendas no próprio mercado interno; a quarta, explorar ou aproveitar melhor as estações do ano trabalhando sempre o oposto; a quinta; a possibilidade de preços mais rentáveis ou maior valorização do produto; a sexta motivação é trabalhar melhor a programação de produção; a sétima motivação, é o do prolongamento do ciclo de vida do produto; a oitava, também para diversificar os riscos de uma empresa não contando somente com o mercado interno; a nona, serve para melhorar sua imagem perante os fornecedores, bancos e até mesmo seus clientes; a décima, serve para equilibrar-se contra a entrada de seus competidores no mercado interno e a décima primeira motivação, não menos importante, serve para desenvolver estratégia de desenvolvimento para a empresa.

Essas motivações são importantes para a exportação, porém deve-se ressaltar que para exportar existem algumas barreiras, as quais se deve ficar atento e ciente antes de tomar qualquer atitude, pois podem trazer sérios problemas, senão analisado o mercado externo antes de exportar. Segundo MINERVINI (1997), essas barreiras são as mais variadas, tais como: se para o país a qual se vai exportar utiliza lei similar que tem como finalidade proteger a indústria local; há também a barreira do protecionismo e a falta da moeda conversível, há também a excessividade de burocracia e a instabilidade econômica, que podem acarretar sérios problemas. As normas técnicas e os aspectos culturais e de negociação, portanto devem ser analisadas de uma forma mais cautelosa.

Então, a exportação assume grande relevância para a empresa, pois é o caminho mais eficaz para garantir o seu próprio futuro em um ambiente globalizado cada vez mais competitivo. Para o Brasil, atividade exportadora tem também importância estratégica, pois contribui para a geração de renda e emprego, para a entrada das divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas e para a promoção do desenvolvimento econômico.

No governo FHC, nos primeiros meses, não houve tanto incentivo para as exportações, mas no decorrer de seu mandato seus incentivos foram vários, tais como: A Lei Kandir, a qual previa que os estados fariam ressarcimento do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) aos empresários exportadores, o que barrava a competitividade do produto nacional; o ressarcimento do PIS (Programa de Integração Social) e do COFINS (Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social) na aquisição de insumos no mercado interno e utilizado na fabricação de produtos exportados; a criação da Agência de Seguro de Crédito à exportação; a criação da APEX (Agência de Promoção de Exportações); as mudanças estruturais como a redução de custos portuários e a melhoria do sistema de transportes, que tiveram como objetivo reduzir os custos e expandir as exportações.

No governo FHC, o principal ponto negativo para as exportações, no seu primeiro mandato, foi o baixo crescimento industrial que fez com que as exportações não tivessem tanto êxito; mas em contrapartida, no primeiro mandato do Tucano, consumo e investimentos foram bem favorecidos pela estabilidade pós-Plano Reais.

No segundo mandato de FHC, foram as taxas mais baixas que ajudaram a crescer as exportações, porque o cenário externo foi muito mais negativo, pois a Argentina esteve em crise por conta do *Corralito*⁴. O Governo FHC enfrentou ainda a crise da energia, em 2001; e os problemas provocados pelas eleições de 2002. Mas o crescimento agora foi bem mais consistente, sem o controle da taxa de câmbio (do primeiro governo FHC) e com os fundamentos mais sólidos, diz LEVY (2007).

No primeiro mandato, do governo Lula as linhas de crédito fecharam-se ao país e houve uma fuga de capital, isso fez o BC (Banco Central) elevar juros e estagnar a economia, em 2003. A economia recuperou-se em 2004 com crescimento do investimento, do consumo e da indústria. O Banco Central foi acusado até pelos mais ortodoxos de errar a mão no conservadorismo, em 2005, e abortar um crescimento maior. Já em 2006, o vilão foi o câmbio que fez cair o volume exportado (o que conta no PIB, já que em valores elas subiram por causa dos bons preços do *commodities*) e o desempenho da indústria.

O atual governo trabalha para conter o *déficit* na balança comercial por meio de incentivos às exportações. As medidas deverão incluir melhorias nas condições de financiamento para ampliar a competitividade das empresas brasileiras no exterior e benefícios fiscais que já foram pedidos pelo Ministério do Desenvolvimento.

O CMN⁵ tomou a primeira decisão nesse sentido. Os exportadores que optaram por empréstimos, baseados nos dólares que receberiam em suas vendas externas, os

⁴ Nome informal de uma restrição às extrações de dinheiro em efetivo de prazos fixos, contas correntes e poupanças que o presidente da época Fernando de la Rúa em dezembro de 2001 implementou e acabou causando diversos malefícios a economia Argentina e atingindo diretamente a estabilidade da economia brasileira

⁵ Conselho Monetário Nacional.

chamados (ACCs), e tiveram encomendas canceladas, terão pelo menos mais um ano para quitar o financiamento.

Dada a crise mundial e o problema com países importadores, as empresas brasileiras estão enfrentando problemas. “Isso vai dar mais fôlego para os exportadores continuarem com crédito e conseguirem fechar seus negócios”, disse CARVALHO (2009). A definição de outros incentivos e desonerações deverá ser feita quando o governo tiver projeções mais confiáveis sobre a queda da arrecadação em 2009. A avaliação é que isso não deve prejudicar as vendas externas brasileiras porque o pico nas exportações começa no segundo trimestre.

O Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, já apresentou à Secretaria da Fazenda pelo menos duas medidas de desoneração que ainda não foram analisadas. Uma delas é a inclusão do agronegócio entre os setores que podem comprar insumos no mercado interno sem a cobrança de impostos. A outra é a ampliação da desoneração tributária nas ações de promoção comercial, como feiras no exterior.

O governo aposta que a medida poderá estimular as exportações na atual conjuntura de crise financeira internacional. A lei que regulamenta as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) foi assinada em abril deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, (2009) as ZPEs, que são livres de impostos e têm custos menores, ajudarão a impulsionar as exportações brasileiras neste momento de crise. Existe expectativa de outras iniciativas para beneficiar o setor exportador. Reservadamente, o ministro do Desenvolvimento Miguel Jorge (2009) tem declarado existir outras medidas "em gestão" para estimular o mercado exportador este ano.

Os investimentos serão isentos das alíquotas do Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Cofins, e da taxa de frete da Marinha Mercante. Haverá ainda benefícios cambiais e em processos de exportação.

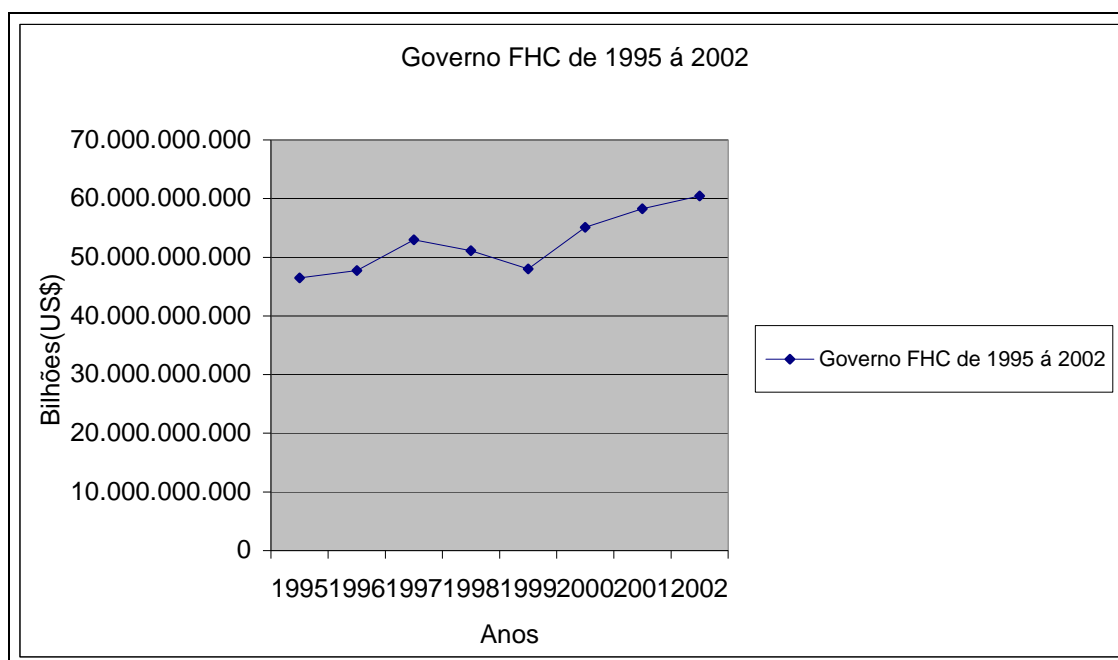
As tabelas e gráficos abaixo demonstram a exportação de cada ano dos governos de FHC, de 1995 a 2002, e, o governo Lula, de 2003 até 2008, com alguns números interessantes.

Exportações Era FHC

<i>EXPORTAÇÕES EM (US\$)</i>

Governo FHC de 1995 á 2002	
Ano	Valor US\$
1995	46.506.282.414
1996	47.746.728.158
1997	52.994.340.527
1998	51.139.861.545
1999	48.012.789.947
2000	55.118.919.865
2001	58.286.593.021
2002	60.438.653.035
Total	420.244.168.512

Fonte: Da própria autora adptado Siscomex



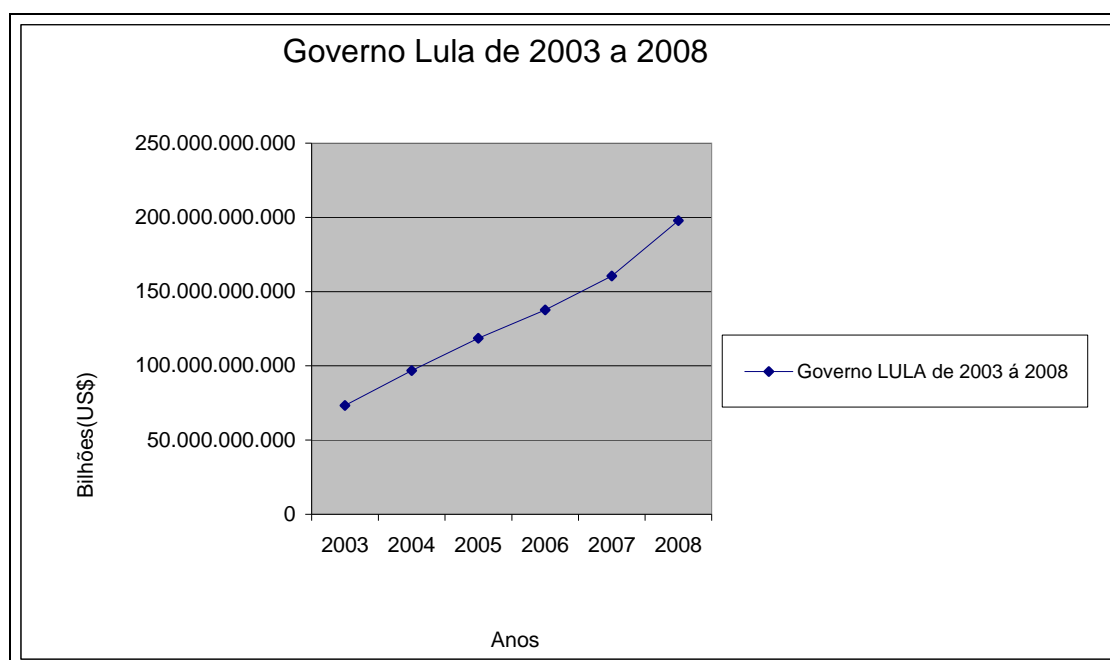
Fonte: Da própria autora adptado Siscomex

O gráfico acima demonstra que o governo FHC obteve resultados oscilantes até o início do seu segundo mandato, contudo, desse momento em diante, observa-se um crescimento homogêneo, com resultados crescentes ano após ano, que se manteve até o fim de seu governo (2002).

Exportações Era Lula

<i>EXPORTAÇÕES (US\$)</i>	
Governo Lula de 2003 á 2008	
Ano	Valor US\$
2003	73.203.222.075
2004	96.677.838.776
2005	118.529.184.899
2006	137.807.469.531
2007	160.649.072.830
2008	197.942.442.909
Total	784.809.231.020

Fonte: Da própria autora, adaptado Siscomex



Fonte: Da própria autora adaptado Siscomex

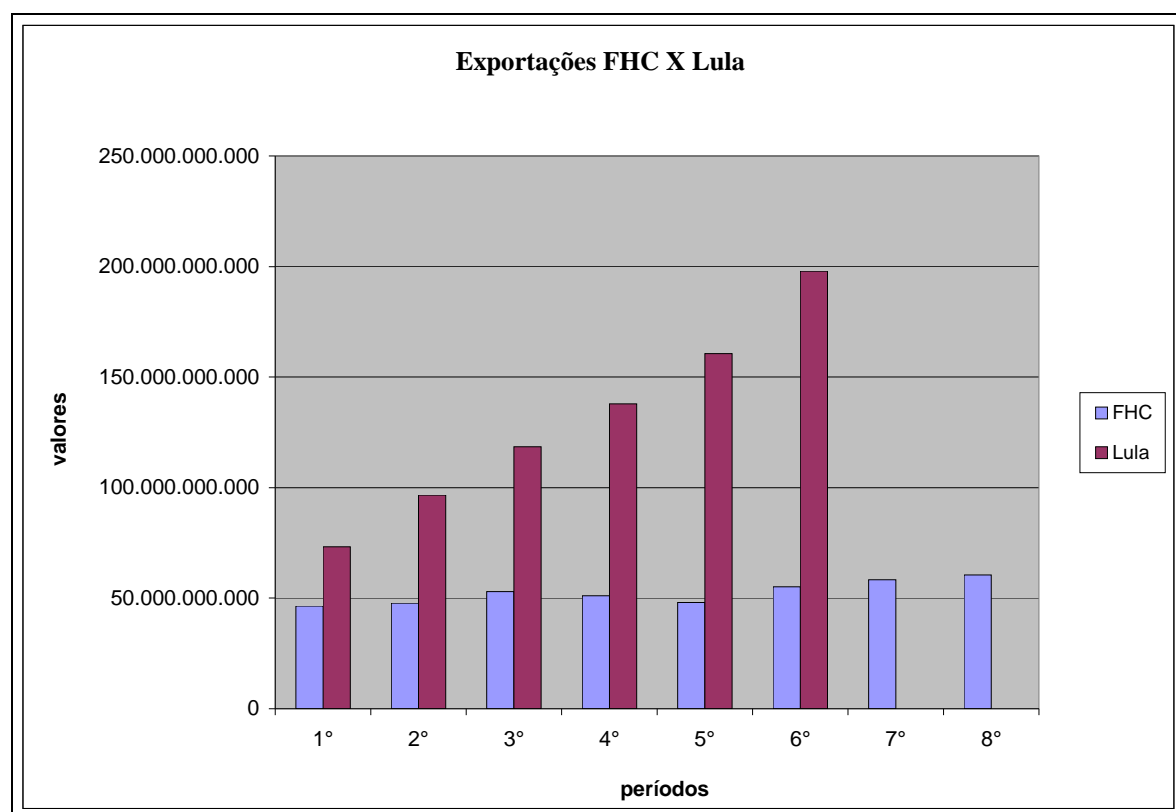
Seguindo o entendimento do gráfico acima, percebe-se que o crescimento foi contínuo e com valores bastante elevados de um ano para outro, pois desde o início de seu mandato seguiu numa crescente, conforme propunha em campanha.

Exportações FHC X Lula

<i>EXPORTAÇÕES EM US\$</i>
Governos FHC e Lula 1995 á 2008

Período	Ano	Valor US\$
1°	1995	46.506.282.414
2°	1996	47.746.728.158
3°	1997	52.994.340.527
4°	1998	51.139.861.545
5°	1999	48.012.789.947
6°	2000	55.118.919.865
7°	2001	58.286.593.021
8°	2002	60.438.653.035
1°	2003	73.203.222.075
2°	2004	96.677.838.776
3°	2005	118.529.184.899
4°	2006	137.807.469.531
5°	2007	160.649.072.830
6°	2008	197.942.442.909

Fonte: Da própria autora, adaptado Siscomex



Fonte: Da própria autora adaptado Siscomex

No gráfico acima, percebe-se que as medidas adotadas pelo governo FHC não surtiram efeitos que pudessem elevar os níveis de exportações em constante crescente. Já no governo Lula essas medidas, elaboradas e postas em prática, obtiveram

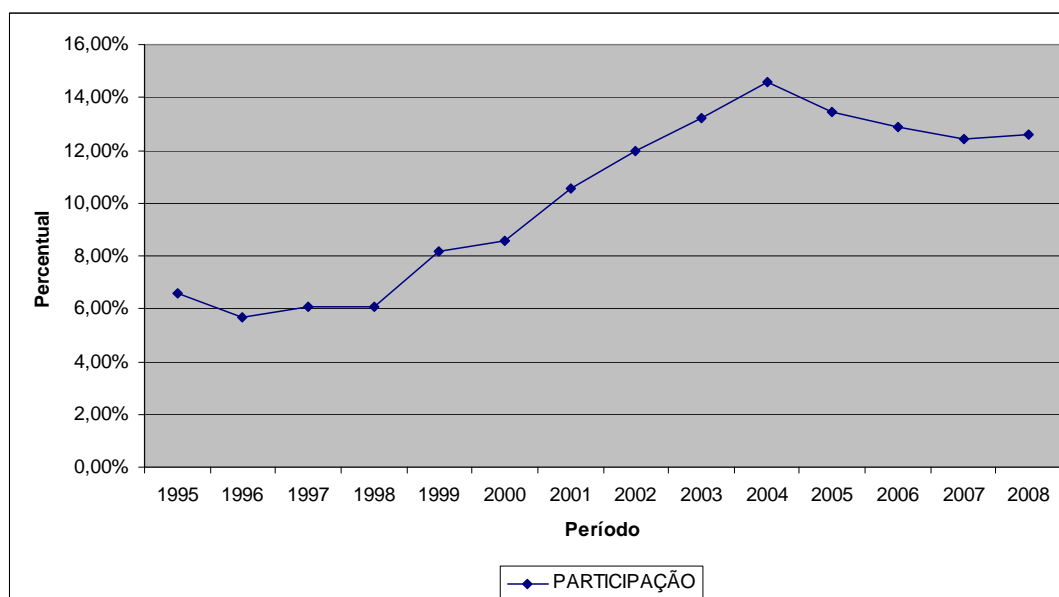
resultados eficazes no segmento exportação. Nota-se também que em nenhum momento houve um decréscimo ou oscilações nesse setor.

Na tabela abaixo segue a relação da participação das exportações brasileiras no produto interno bruto (PIB) que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no país.

Participação das Exportações no PIB Brasileiro

Período	PIB BRASIL	EXP BRASIL (FOB)	PARTICIPAÇÃO
	US\$ bi	US\$ bi	%
	(A)	(B)	
1995	705,4	46,5	6,59%
1996	840,3	47,7	5,68%
1997	871,3	53,0	6,08%
1998	844,0	51,1	6,06%
1999	586,8	48,0	8,18%
2000	645,0	55,1	8,55%
2001	553,8	58,3	10,53%
2002	504,4	60,4	11,98%
2003	553,6	73,2	13,22%
2004	663,8	96,7	14,56%
2005	882,4	118,5	13,43%
2006	1.072,0	137,8	12,86%
2007	1.295,5	160,6	12,40%
2008	1.569,4	197,9	12,61%

Fonte: Da própria autora adaptado SECEX e MF/SRF.



Fonte: Da própria autora adaptado SECEX e MF/SRF

Percebe-se que em alguns momentos ouve uma participação maior e em outros momentos ouve alguns declínios, por seus mais diversos motivos citados anteriormente no trabalho.

Considerações Finais

A partir dos anos noventa, iniciou a formulação e implantação de uma política externa capaz de tornar o país competitivo, com metas e objetivos traçados e preparados para enfrentar crises nacionais ou internacionais, que possivelmente aconteceriam no decorrer dos próximos períodos.

No período do governo FHC, início deste trabalho, o País começou a colher os bons resultados, juntamente com algumas medidas de reformulação da política externa, a fim de aprimorá-la a ponto de obter resultados em termos de exportação em níveis jamais alcançados até o momento. Neste governo, ao término de seu primeiro mandato, houve uma queda nas exportações, devido ao baixo crescimento industrial. No final do segundo mandato, o ponto negativo foi o cenário externo, com taxas mais baixas, favorecendo assim as exportações. Mesmo enfrentando crises em 2001 e 2002, o país conseguia bons resultados nas exportações que tiveram uma crescente até o fim do governo FHC.

No governo Lula, as medidas elaboradas e postas em prática, tornou o mercado, no que tange à exportação, mais competitivo em relação ao governo passado. Mas deve-se ressaltar que este governo se beneficiou das ações implantadas ao longo do governo dos tucanos, que só trocou seus aliados. Além disso, suas exportações foram favorecidas e alcançaram êxito pela desvalorização cambial e também por alguns laços comerciais que foram profundamente intensificados desde o governo anterior e que figuram hoje entre os principais destinos das exportações brasileiras.

Políticas elaboradas, leis implementadas e ações executadas, fazem parte de um conjunto de fatores primordiais, que quando bem planejados e postos em prática podem funcionar sempre a favor de bons resultados, trazendo lucros e um alto desenvolvimento econômico para uma nação.

Com isso, graças à política externa brasileira efetiva, os resultados foram concretizando-se a ponto de superar, em níveis de valor, qualquer outro

resultado já conseguido até então por outros governantes. Toda política externa tem a como objetivo principal facilitar as importações e as exportações, tomando medidas a fim de aquecer esses dois, no entanto uma medida mal elaborada pode levar à inviabilidade de uma operação. É perceptível que no governo Lula as medidas elaboradas e postas em prática tornaram nosso mercado, no que tange a exportações, mais competitivo em relação ao governo passado.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário da Política*. 12. ed. Brasília: Editora da Unb e L.G.E. 2004.

BRUM, J. Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, 21. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

CASTRO A. José. *Exportação*. 7. ed. São Paulo: Yone Silva Fontes, 2007,

COSTA P. Alessandro, ARRUDA C.H. Guilherme, YORO Ricardo et al. *Geografia*. São Paulo: Moderna, 2006.

MARKUN, Paulo. *O Sapo e o Príncipe*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MINERVINI, Nicola. *Exportar São Paulo*. Makron Books, 1997.

MOREIRA, Igor. *Construindo o Espaço Americano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

NEVES B. Gustavo. *Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PETRAS, James. *Brasil e Lula*. Santa Catarina: Furb, 2004.

PINHO, B. Diva; VASCONCELLOS, S. Marco Antônio. *Manual de Economia*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público* 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil*. São Paulo: Record, 1995.

RODRIGUE, E. Joelsa. *Historia em documento*. São Paulo: FTD, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *Organizações Internacionais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Relações Internacionais*. São Paulo: Manole, 2004.

_____. *Para uma nova Política Externa Brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

Sites:

AMORIM Celso, *Política Externa do Governo Lula*. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf. Acesso em: 02 junho 2009, às 19h30min.

CABRAL Severino, *A Política Externa do Brasil Para O Século XXI: Nova Agenda Mundial e Mundo Multipolar*. Disponível em: <http://www.esg.br/cee/ARTIGOS/severino3.PDF>. Acesso em 18 junho 2009, às 21h40min.

CERVO, Amado Luy, Clodoaldo, 2008 *Historia da Política do Brasil*. Disponível em : http://pt.shvoong.com/humanities/h_history/1765757-hist%C3%B3ria-da-politica-exterior-brasil/. Acesso em: 30 maio 2009 às 13h50min

LEVY Paulo. *Breve Comparação entre as economias FHC e Lula*. Disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/economia/breve-comparacao-entre-a-economia-de-lula-e-a-de-fhc/>. Acesso em: 5 jun. 2009, às 19h10min.

MIGUEL Jorge, *Planalto prepara incentivos à exportação*. Disponível em: <http://www.abrac.com.br/online/noticia.asp?id=61804&dt=20090130&m=1&yano=2009&ymes=01>. Acesso em 29/junho 2009, 16h30min.

OLIVEIRA F. Marcelo 2003 *Elites Econômicas e Política Externa No Brasil*. Disponível em: <http://www.geocities.com/politicausp/M2-Oliveira.doc>. Acesso em 30 maio 2009 às 17h10min.

RISSO Camila, *Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos e FHC e Lula*. Disponível em: <http://www.geocities.com/politicausp/M2-Sales.doc>. Acesso em 29 maio 2009.

VEIGA M. Pedro, 2001 *Cenários de Política Externa e Comercial do Segundo Governo Lula*. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/material/rbce/89-editorial.pdf>. Acesso em 29 junho 2009 às 16h15min.

A Política Externa de Lula - Espaço Acadêmico. Disponível em: Acesso em: 30 maio 2009, às 21h52min <http://www.espacoacademico.com.br/027/27ricci.htm>.

www.siscomex.com.br

Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>. Acesso em: 2 jun. 2009, às 23:00 h.

